Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	1

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Comissão de Constituição e Justiça.

Registro as presenças dos nobres Deputados Martins Machado, Daniel Donizet, Roosevelt Vilela e Prof. Reginaldo Veras.

Comunicados.

Indago se algum Deputado deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Quero retificar a pauta desta reunião publicada no dia 2/8/2019.

Onde se lê:

Item nº 1: PROC nº 9/2019, Ofício 2/2019 GAB/VGDF. Sabatina do Sr. Walid de Melo Pires Sargedine, Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal, Jucis – DF, relatoria do Deputado Reginaldo Sardinha e Item nº 2 – PROC nº 9/2019, Ofício nº 02/2019 GAB/VGDF. Sabatina do Sr. João Vicente Feijão Neto, vice-Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal. Relatoria do Deputado Reginaldo Sardinha.

Leia-se:

Item nº 1: PROC nº 9/2019, de autoria do Poder Executivo, que informa que a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal passou a vincular-se à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e solicita que se considere a urgência das nomeações dos Senhores Walid de Melo Pires Sargedine e João Vicente Feijão Neto para exercerem os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal e ainda que se estabeleça data para que sejam sabatinados.

Leitura da ata da sessão anterior.

Como a ata da 14ª Reunião Ordinária foi disponibilizada na pasta virtual da CCJ no Portal da CLDF, indago se podemos dá-la como lida e aprovada. (Pausa.)

Não havendo objeção dos presentes, dou como lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 14ª Reunião Ordinária.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	2

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Incluo como item extrapauta a PELO nº 15/2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante e outros, e avoco sua relatoria, passando a Presidência, neste momento, ao Deputado Martins Machado.

(Assume a Presidência o Deputado Martins Machado)

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Item extrapauta:

Discussão e votação do parecer à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 15, de 2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “acrescenta o §§ 5º e 6º ao Art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha.

Solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	3

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Donizet.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PSL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, bom dia, esta proposta de emenda à Lei Orgânica é de autoria de vários Deputados, no que eu me incluo. Na prática, esta emenda vai permitir o princípio da publicidade; conforme o Relator falou em seu parecer, que façamos o nosso trabalho, destinemos as emendas, como é nosso direito e nossa atribuição, e que a comunidade saiba onde estamos aplicando os recursos – sendo essa publicação feita via um jornalzinho, um *folder*, um vídeo.

Então, acho que é muito importante essa Proposta de Emenda à Lei Orgânica, porque esclarece, de uma vez por todas, que o Parlamentar, ao destinar sua emenda, pode sim e deve fazer a divulgação para dizer à população onde o recurso está sendo investido.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos, ao Presidente, aos Parlamentares, para que as pessoas que estão aqui conosco e em casa, caso esteja sendo transmitida via *web* esta reunião, entendam do que se trata essa PELO. Ao longo da história da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o envio das emendas parlamentares nunca foi plenamente publicizado. Mas isso mudou bastante nas últimas legislaturas. Seguindo os princípios constitucionais da transparência e da publicidade, a gente vem divulgando: olha, eu aplico x reais aqui, x reais acolá.

Eu acho que é uma resposta ao nosso eleitor. O meu, por exemplo, cobra. Eu não fiz o balanço do semestre ainda, e o povo já está lá me mandando *e-mail*: “cadê a prestação de contas do primeiro semestre?” Eu ainda não fiz, e nem fiz a prestação de contas porque não consegui executar nenhuma emenda. Bispo Renato, por favor me ajude. Eu estou doido para executar, para que a gente possa fazer a prestação de contas para o eleitor.

Alguns membros do Ministério Público consideram que, quando o Parlamentar diz onde ele aplicou o recurso, o Ministério Público não entende como transparência, entende como promoção pessoal. Olha, é um relativismo do Direito, e está ali o nosso professor, o Dantas, um constitucionalista. Eu entendo que a lei sempre tem esse relativismo da interpretação. A gente está aqui prezando por dar a informação real e concreta onde o recurso está sendo aplicado, e ainda é questionado por isso. Ou seja, o cara questiona de lá por que a gente publicizou e a sociedade questiona por que a gente não publiciza. Então, a gente fica nesse meio. Eu entendo que, como nós somos representantes do povo e não do Ministério Público e da interpretação da lei dele, temos que publicizar para o povo, para o nosso eleitor e para aqueles que nós representamos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	4

Essa emenda à Lei Orgânica vem tentando sanar esse problema interpretativo, ou seja, a gente está colocando na Lei Orgânica do Distrito Federal a obrigação de os Parlamentares dizerem exatamente onde eles aplicam cada centavo do envio de suas emendas parlamentares previstas no Orçamento.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Faço minhas as suas palavras, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Martins Machado. Quero cumprimentar o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Reginaldo Sardinha, o Deputado Eduardo Pedrosa, o Deputado Daniel Donizet e os demais presentes no plenário.

Os colegas aqui, tanto o Deputado Daniel Donizet como o Deputado Prof. Reginaldo Veras, fizeram uma abordagem correta do que significa esse projeto. É engraçada a dicotomia com que os órgãos de controle veem as questões. Somos cobrados em todos os momentos pelo serviço que nós prestamos, pelo que nós devolvemos e pelo que representamos para a sociedade. A população, o eleitor, o cidadão quer saber o que o seu representante tem feito. Aí, a partir do momento em que o Parlamentar vai prestar conta e demonstrar o que tem feito, Deputado Prof. Reginaldo Veras, ele é cobrado como promoção pessoal.

O que é promoção pessoal para um Parlamentar, se é que nós temos vida pessoal? Eu não consigo imaginar. De repente, promoção pessoal é eu estar jogando bola num final de semana, fazer um vídeo e dizer: olha, eu estou jogando bola aqui e jogo bem. Aí é promoção pessoal. E o restante? São exercícios parlamentares em que é cobrada a nossa atitude. Nós seremos cobrados também quando destinarmos emenda para uma política pública, e um grupo da população achar que meritoriamente aquele grupo não merecia, o outro que merecia. A divulgação gera um ônus para o Parlamentar, porque de uma forma ou de outra a gente hierarquiza esse recurso.

Individualmente, cada Parlamentar com suas emendas não consegue abarcar todo o conjunto de situações que envolvem a sociedade. Então o Parlamentar acaba hierarquizando, priorizando. Por isso é um colegiado. Dentro do colegiado, temos Parlamentares que representam e se identificam de uma forma mais próxima com vários segmentos da sociedade. Então, se o Deputado Roosevelt Vilela se identifica mais com a segurança pública, ele vai destinar suas emendas, vai focar um pouco mais na segurança pública. Se eu invisto numa outra política pública, serei cobrado por aquele grupo que me elegeu: “Deputado, nós o elegemos porque queremos mais segurança no DF, e o senhor está investindo no y”.

Então tem um ônus também, Deputado, de nós divulgarmos. A gente quer prestar conta disso e as pessoas vão avaliar se a gente está destinando bem ou mal

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	5

as nossas emendas parlamentares. Isso é óbvio, isso é da democracia. Então, eu parabeno os autores do projeto.

Como Presidente da CEPELO – Comissão Especial para Análise de Propostas de Emenda à Lei Orgânica, vamos colocar em pauta o mais rápido possível, e se for necessário aprovamos o relatório em plenário, eu me coloco à disposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

RELATOR (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Sim.

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Com o Relator.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Com o Relator.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Com o Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Esta Presidência vota "sim".

O parecer obteve 5 votos favoráveis.

Está aprovado.

Devolvo a Presidência ao Deputado Reginaldo Sardinha.

(Assume a Presidência o Deputado Reginaldo Sardinha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – O item nº 1 é sobre o Proc. nº 09, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que informa que a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal passou a vincular-se à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e solicita que considere a urgência das nomeações dos Srs. Walid de Melo Pires Sargedine e João Vicente Feijão Neto para exercerem respectivamente os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal e ainda que se estabeleça data para que possam ser sabatinados.

O inciso III do art. 227 do Regimento Interno determina que esta comissão deverá realizar audiência pública para que os interessados se manifestem sobre as indicações e as pessoas dos indicados, seguida, se necessário, de ampla investigação sobre as alegações levantadas na audiência. A arguição obedecerá a critérios previamente estabelecidos pela comissão, sendo a deliberação feita por votação ostensiva.

Desta feita, proponho aos nobres colegas da Comissão de Constituição e Justiça sabatinarmos o Presidente e o Vice-Presidente da Junta Comercial Industrial e

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	6

Serviços do Distrito Federal separadamente, observada esta ordem: a) fala do indicado pelo prazo de vinte minutos, para que fale sobre seu currículo e suas pretensões no exercício do cargo; b) perguntas dos Srs. Parlamentares, primeiramente pelos membros da comissão e depois pelos demais parlamentares presentes; c) considerações dos indicados. Após sabatinados o Presidente e o Vice-Presidente, passaremos para a apreciação do parecer desta comissão.

Pergunto aos nobres integrantes da Comissão de Constituição e Justiça se estão de acordo. (Pausa.)

Então, tendo sido aprovados os critérios, em atenção ao que dispõe o inciso III do art. 227 do Regimento Interno desta Casa, suspendo a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 10h34min, a reunião é reaberta às 12h24min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça para a sabatina do Presidente e do Vice-Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal.

Neste momento, convido a sentar conosco o Sr. Walid de Melo Pires Saredine, Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal. (Pausa.)

Registro a presença dos nobres Deputados Leandro Grass, Fábio Felix e Júlia Lucy, e pergunto se desejam compor a Mesa conosco. (Pausa.)

Por favor, Deputada. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Convido o Sr. João Vicente Feijão Neto para compor a Mesa. (Pausa.)

Eu gostaria de registrar a presença da Sra. Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará, Cilene Moreira Sabino de Oliveira Bittencourt; do Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo, Walter Ihoshi; do Sr. Presidente da Junta Comercial de Santa Catarina, Juliano Batalha Chiodelli; do Sr. Presidente da Junta Comercial do Amapá, Gilberto Laurindo; do Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Amazonas, Enio Luiz Ferrarini; da Sra. Vice-Presidente da Junta Comercial do Estado da Bahia, Paula de Assis Miranda Ribeiro; do Sr. Presidente da Junta Comercial do Acre, Carlos Afonso Cipriano dos Santos; e do Sr. Presidente da Junta Comercial do Paraná, Marcos Sebastião Rigoni de Mello.

Registro também a presença do Deputado Federal Walter Ihoshi.

Antes de passar a palavra ao Sr. Walid de Melo Pires Saredine, Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal, pergunto aos Srs. Deputados se desejam fazer uso da palavra no prazo regimental de três minutos. (Pausa.)

Não havendo manifestação, passaremos...

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	7

Pois não, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, permite-me fazer uma breve exposição em que já estarão inclusos os meus questionamentos gerais referentes a essa questão.

Posso, Sr. Presidente? Uma exposição geral...

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Vai haver o momento adequado para fazermos isso.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Tudo bem, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Neste momento, nós vamos pedir para os sabatinados falarem sobre os respectivos currículos.

Não havendo manifestação, passamos a palavra ao Sr. Walid de Melo Pires Sargedine, Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal.

Concedo-lhe o prazo de até vinte minutos para que se apresente, apresente-nos seu currículo e nos fale sobre as pretensões no exercício do cargo de Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Walid de Melo Pires Sargedine. (Pausa.)

SR. WALID DE MELO PIRES SARGEDINE – Quero cumprimentar a todos, um bom dia. Cumprimento o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Reginaldo Sardinha, os Membros, Deputado Martins Machado, Deputado Daniel Donizet, Deputado Roosevelt Vilela, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Aproveito para cumprimentar os Srs. Parlamentares presentes, Deputada Júlia Lucy, Deputado Leandro Grass e Deputado Fábio Felix.

Eu também gostaria de cumprimentar a minha Presidenta Nacional das Juntas, Cilene Sabino, que nos honra; Presidente Walter; Presidente Juliano; Presidente Ênio; Presidente Paula; Presidente Carlos Afonso; Presidente Marcos e Presidente Guilherme. Cumprimento o setor produtivo na pessoa do meu Presidente Jamal Bittar, muito me orgulha sua presença aqui, seu carinho de sempre e seu apoio.

Deputados, vou fazer um breve relato do meu currículo que não é extenso, mas é de muita dedicação. Estou na Federação de Indústria e já passei por várias diretorias. Primeiro, passei pela Diretoria de Relação do Trabalho por quatro anos. Em seguida, pela Diretoria Institucional e depois pela Diretoria Financeira. Já tive a oportunidade de estar na vice-Presidência Setorial da Fibrá. Tive a oportunidade de estar na Vice-Presidência do Sindigrãos, sindicato de minha origem. Tive a oportunidade de estar na Vice-Presidência da Associação Comercial e Industrial do Gama, isso há trinta anos. Tive a oportunidade de fazer parte do Conselho Nacional da Indústria – CNI e do CAL – Conselho de Assuntos Legislativos. Tive a oportunidade de também fazer parte do Conselho Nacional, pela CNI, da relação do trabalho, onde eu estava até então, porque não posso estar à frente das empresas. Eu estava como pequeno empresário no Distrito Federal.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	8

Cheguei aqui em 1988. Vim tocar algumas indústrias aqui no Distrito Federal como Café Bandeira e Poligel no Gama, no Setor Leste Industrial. De lá eu vim para o Setor de Cargas e Transporte. Vim montar algumas operações também de logística, à época. Tive a oportunidade de ser abraçado por todos na nossa chegada na junta comercial.

Desde o início, o Governador deixou bem claro que a gente iria passar por esta sabatina e que a gente não poderia deixar a Junta Comercial órfã, sem a gente estar à frente. Aí, a gente entende. Procurei não dar nenhuma entrevista. Peço desculpas à imprensa em relação a isso, respeitando que a gente só será Presidente da Junta se for a vontade dos senhores depois da sabatina. Com isso, procuramos entender um pouco da Junta e foi muito gratificante. Tem sido muito gratificante até hoje nesses dias em que a gente está à frente da Junta.

A gente já conseguiu algumas conquistas e uma das maiores conquistas que o Governador conseguiu foi trazer a Junta Comercial para Brasília, o que já era um pleito do setor produtivo há tantos e tantos anos. Ela estava sob o domínio do Governo Federal e este passou a Junta para o Distrito Federal. Mérito do Governador e do Secretário de Fazenda. Agora, o mérito maior desta Casa foi promulgar a lei que constitui esta autarquia, que tem um futuro promissor dentro do Distrito Federal e é anseio de todos os empresários.

Hoje, sendo sabatinado, eu queria dizer aos senhores que em momento algum a gente pretendia ficar à frente da Junta. A gente está aqui na condição de indicado sem antes passar pelo crivo dos senhores e pela sabatina.

Sobre o meu currículo, que não é extenso, Deputado, há algumas formações que eu já deixei com os senhores. Mas, para ser breve e também para poder ficar à disposição dos senhores para as perguntas, irei apresentar o meu currículo aos senhores. Agradeço o carinho com que fui recebido por todos vocês e, em especial, agradeço a esta Câmara Legislativa que me concedeu, há quase vinte anos, um título de Cidadão Honorário de Brasília. Só tenho gratidão por esta Casa, muito carinho e respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Sr. Walid, agradeço pela explanação. Concedo a palavra ao Deputado Martins Machado, Vice-Presidente desta comissão, para que faça suas indagações.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Sr. Presidente, sabemos que a Junta Comercial tem a função de administrar, registrar e executar os registros das atividades comerciais e empresariais. Sabemos que é uma reivindicação antiga já que ela é federalizada e agora se encontra no DF. Mas a pergunta é: quais as inovações e práticas de gestão que o senhor pretende implementar em sua gestão e, se possível, peço que o senhor descreva as medidas que irão contribuir para tornar mais ágil e eficiente a Junta Comercial que agora está sob a tutela do Distrito Federal.

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDINE – Obrigado, Deputado, pela pergunta. A Junta Comercial local, junto com as outras Juntas do país, vem se digitalizando e a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	9

maioria delas já estão digitalizadas. A nossa não é diferente. Ainda faltam, talvez, 12% na digitalização e a gente achou uma alternativa, junto com o Sebrae Nacional, de subir o banco de dados para que se tenha a Junta 100% digitalizada. Essa digitalização inclui a questão do código: o que é indústria e o que é comércio. E há muito acervo e documento que ainda é de 1960. A gente está fazendo o tratamento desses documentos todos e, em breve, a Junta vai estar 100% digitalizada.

Em relação à Junta Comercial, o que esperamos dela para o futuro é que ela tenha um banco de dados maravilhoso. Já temos projetos para esse banco de dados e já chamamos a FAP, o próprio Sebrae Regional e as juntas do Brasil. Eu quero agradecer a presença de todos os que nos abraçaram muito. Estamos tocando vários projetos inovadores, como a carteira do empresário e tantos outros que estamos pensando em fazer.

Nós já colocamos o protocolo único, que diz que o mesmo número que entra na Junta também sai dela. Nós tivemos, por incrível que pareça, com toda essa mudança, mesmo significando muito pouco ainda, o que já foi feito. No mês de julho, quando começamos, comparado ao mês de janeiro deste ano, de 740 processos analisados e viabilizados, tivemos esse mês 1.354, um maior número em julho. Eu queria fazer um agradecimento a todos os funcionários que saíram, a todos os que chegaram e aos que ainda estão lá, porque não mediram esforços. Para os senhores terem ideia, no sábado e no domingo, nós estávamos em treinamento de 8h até as 18h, por livre e espontânea vontade dos colaboradores. E eu tenho essa gratidão por todos os servidores que estão nos abraçando dentro da Junta. Os vogais também foram nomeados agora e isso é igualmente muito importante. Todas as estatísticas que a gente tem são positivas e de crescimento, mas isso é muito pouco diante do que a gente quer fazer. Então, eu acho que, com esse banco de dados, a gente vai gerar oportunidade para poder criar outros serviços. Em especial, saliento a importância de a Junta promover, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e com os senhores, o desenvolvimento do Distrito Federal, em especial no setor de serviços, indústria e comércio.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Roosevelt Vilela, para suas perguntas.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Mais uma vez, bom dia a todos os Parlamentares presentes e aos Presidentes das juntas comerciais de outros estados, que muito nos honram com suas presenças nesta Casa.

Bom dia ao nosso grande amigo Jamal, a todos os representantes e às demais pessoas que fazem e compreendem a importância do setor produtivo.

Nesse sentido, Sr. Walid, vão nossos questionamentos. Entendemos que o Estado brasileiro – Brasília não é diferente, como capital – não suporta ser o grande financiador do desenvolvimento econômico de uma região. A iniciativa privada vem se apresentando como a grande solução para isso. Nos grandes países, ela sempre foi. Neste País, extremamente paternalista e protecionista, com um Estado extremamente

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	10

intervencionista, nós demoramos, mas descobrimos que temos que fomentar e incentivar a iniciativa privada, para que ela assuma vários papéis dentro da sociedade, principalmente o de geração de empregos. Entendemos que qualquer obstáculo à iniciativa privada vai de encontro à nova tendência dos grandes países.

Pergunto ao senhor se o reajuste das tarifas dos serviços prestados pela Junta Comercial, aprovado por esta Casa, vai comprometer ou inibir a iniciativa de novos empresários? Esse reajuste se justifica? Como serão aplicados esses recursos na gestão do senhor?

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDINE – Obrigado, Deputado, pela pergunta.

Realmente, temos sido questionados sobre os reajustes aprovados. Quando chegamos à Junta Comercial, nos deparamos com esses valores. Na verdade, procuramos ver os valores em todos os estados e estamos na média. Alguns dos nossos valores estão até abaixo.

Os reajustes eram praticamente subsidiados pelo Governo Federal. Da forma que era a arrecadação, não havia condição de manter essa autarquia superavitária. Temos número para demonstrar isso. Recebemos essas reclamações e estamos fazendo estudos. Precisamos de dotação orçamentária – inclusive o Governador deve estar enviando isso para a Câmara Legislativa, para podermos avaliar.

O que não posso, Deputado, é prometer, hoje, aos vinte e poucos dias à frente da Junta, se eu continuar com o consentimento dos senhores, qualquer coisa sobre a qual eu não tenha os dados claros. Ainda estamos levantando tudo isso. A preocupação maior, quando nós assumimos, foi manter a Junta funcionando. Se a dotação orçamentária for aprovada, teremos condição de levantar tudo isso. É um ponto que vejo como muito importante para a sociedade. Queremos prestar um serviço justo. Que a pessoa pague por um serviço e entenda por que ele tem aquele preço.

Com isso, o que eu quero passar para os senhores é que o que da nossa parte nós podemos fazer, de forma responsável, é retornar a esta Casa daqui a noventa dias. Aí, sim, quando tivermos a questão orçamentária, tivermos realmente todo o escopo da junta, tivermos certeza, traremos informações para V.Exas.

Inclusive, V.Exas. têm dois vogais dentro da junta comercial, e esses valores passam pelos vogais. Diga-se de passagem, esses vogais foram muito bem escolhidos, na nossa visão. A Câmara Legislativa procurou mandar para lá o melhor. Vemos que são técnicos qualificados, pessoas que vão poder ajudar muito.

Vamos agir com muita transparência e muita responsabilidade, pois nossa missão não é fácil e temos de estar atentos o tempo todo, porque não é só administrar a Junta, é procurar tirar serviço da Junta, que vai contribuir com o setor produtivo.

Dispomo-nos, se V.Exas. assim o quiserem, a voltar aqui daqui a noventa dias com todos esses estudos e aí, sim, em conjunto com V.Exas., a trazer todas essas justificativas e ver o que podemos fazer em conjunto.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Obrigado, Sr. Walid.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	11

Tenho uma outra pergunta. O senhor citou em sua fala que não possui todos os dados, de forma clara, no que diz respeito ao funcionamento da Junta Comercial. Isso me preocupa. Aí, vem a minha pergunta. O senhor entende. Eu vi o seu currículo e vi que o senhor tem uma história de relacionamento com a iniciativa privada e o setor produtivo.

A Junta Comercial tem de incentivar e participar, como eu já falei, mas deve se formar neutra e se posicionar de forma neutra, porque ela tem o papel também cartorial e de dar publicidade aos seus atos. Quais os mecanismos e as posturas que o senhor adotaria no sentido de, sim, fomentar a classe empresarial do DF? Isso não pode comprometer a gestão do senhor, dada a sua relação muito próxima com o setor produtivo, Sr. Walid?

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDNE – Obrigado, Deputado.

Como o Governador passou a liderança do setor produtivo e sempre trabalhamos assim, acho que temos uma total isenção, mesmo porque o trabalho que estamos fazendo lá é com total transparência e construído sempre a quatro mãos. Quando nos referimos a construir a quatro mãos, estamos falando dos interesses da Junta e da sociedade em geral. Eu estou muito tranquilo em relação a isso, Deputado. Eu não vejo... Muito pelo contrário, quando eu entrei, a minha maior preocupação, dentro da Junta... A única coisa que temos é o nosso CPF. Então, quanto a isso, eu estou muito tranquilo.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, entendemos, como eu falei, que a Junta Comercial, tradicionalmente, tem um papel muito cartorial, de registro, de absorver documentação, de absorver informações, mas temos de gerar empregos na nossa cidade.

O senhor tem algum plano que possa fomentar e subsidiar, por exemplo, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico no sentido de trabalhar esses dados, essas informações a fim de que outros órgãos do governo, não só a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, possam trabalhar esses números e ter uma informação clara de como a classe empresarial tem se movimentado no Distrito Federal, para que os diversos órgãos do DF possam trabalhar essas informações e transformar isso em serviços públicos de qualidade para a nossa população? O senhor tem algum plano prático já, algum planejamento nesse sentido?

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDNE – A partir do momento em que adentramos na Junta, estamos entendendo que a Junta tem um capital maravilhoso, que é esse cadastro de CNPJ.

Temos, sim. Estamos conversando com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e já estamos com dois projetos: um em continuidade com o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; para o outro, trouxemos a parceria da FAPDF – Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	12

Entendemos que, desse cadastro que a Junta Comercial tem, temos a possibilidade de tirar principalmente aquilo que podemos ver da situação hoje. Algumas empresas ficaram no caminho, e entendemos o porquê disso.

Fizemos um convênio agora com a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Chamamos agora o CRC – Conselho Regional de Contabilidade e o SESCON-DF – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do DF, que é o sindicato de contadores. A gente está vendo que o futuro das empresas hoje não pode ficar só na questão de documentos a que se dão entrada na Junta e daí não se trabalham esses documentos.

Temos certeza de que, nas satélites do Distrito Federal, no próprio Plano Piloto do Distrito Federal, com esse cadastro, a gente vai poder ter, mais ou menos, um monitoramento da quantidade de empresas por segmento. Isso é muito importante, porque, com isso, a gente vai poder até prestar serviço de orientação, muitas vezes, a respeito do comércio ou da indústria que falta naquele setor, para que a pessoa não corra o risco de abrir alguma empresa onde ela poderia estar com o olhar para outro segmento.

Estamos muito tranquilos com isso, estamos com vários conveniados. Vamos chamar e já chamamos a Federação das Indústrias e a FECOMÉRCIO/DF – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal, para podermos realmente, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, junto com a Secretaria de Fazenda, que nos deu total apoio, através desse cadastro, fomentar dados, fomentar políticas públicas para que possamos trazer o que é mais importante, que é o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

Vamos fazer isso em construção, Deputado, e vamos precisar muito dos senhores também.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Obrigado, Sr. Walid.

De forma didática, Sr. Walid, o que é registro digital e qual é o tempo para adequação no Distrito Federal? Parece que é uma política que o senhor quer implementar.

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDNE – Na Junta Comercial, o que a gente está buscando dentro do registro digital é que hoje os senhores, os empresários, os contadores levem até a Junta todos os documentos ainda em papel e possam dar entrada deles. A questão do registro digital permite que o contador e o empresário ganhem tempo. A partir do momento em que ele emite para a junta, que ele entra no *site* e coloca todas as informações e elas são consolidadas, elas encurtam... Talvez, hoje no Brasil, haja junta comercial abrindo empresa em menos de um dia e também fechando empresa, às vezes, em menos de um dia. A questão do certificado digital é muito importante, porque ele traz toda a questão da documentação, do acervo de documentação, de forma que fica mais fácil de ser rastreada, de forma que fica homologado o registro digital.

Isso só traz ganho para o Distrito Federal, como é feito no Brasil todo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	13

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Walid, aqui na Câmara Legislativa, a gente atua em várias frentes. Em uma das frentes eu atuo e tenho trabalhado muito com relação ao cooperativismo. Sou Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo no Distrito Federal e na Ride. Na ocasião da aprovação da lei, dentro do conjunto dos vogais – e o senhor citou que a Câmara Legislativa tem dois assentos –, não foi contemplado o sistema de cooperativismo do Distrito Federal, o qual eu entendo que é um grande segmento e que pode fomentar e ajudar para que a gente possa melhorar os nossos números com relação ao desemprego, com relação ao empreendedorismo, onde as pessoas se juntam com o propósito comum e trabalham com fins empresariais. Deixou-nos muito tristes não vermos contemplado um segmento tão importante da sociedade.

Então, eu queria saber se o senhor acha importante ter o segmento do cooperativismo com assento em um dos vogais para que ele possa expor as suas características, colocar as suas demandas, a fim de a Junta Comercial poder entender sua linguagem e reverberar ações de forma a atender esse segmento. O que o senhor me diz sobre a possibilidade de um assento do cooperativismo no Conselho?

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDNE – Deputado, obrigado pela pergunta. Eu me sinto muito confortável. Eu tive a felicidade... e recebi um presente de Deus, porque acredito muito em cooperativismo. A primeira cooperativa de crédito múltiplo deste País foi a Credindústria, em que houve a oportunidade de se ter talão de cheque, cartão de crédito. Eu me sinto muito honrado, porque fui um dos 27 fundadores, hoje o Sicoob está aí cada vez mais atuante, cada vez mais próspero.

Deputado, de forma muito respeitosa, a lei foi aprovada pela Câmara, pelos senhores. Eu entendo que é muito importante, sim; o cooperativismo é solução no mundo todo de empregabilidade. Dentro do cooperativismo financeiro, alguns países representam 56%; neles 60% do sistema financeiro é cooperativo, no Brasil, 3% ou um pouco mais do que isso. Eu não só acredito como também sou um aliado do cooperativismo. Eu acho que há condição de resolver, sim. Da mesma forma que os senhores fizeram essa lei. Eu acho que cabe, sim, colocar – não sei de que forma os senhores vão fazer – uma vaga, sim, para o cooperativismo, eu acho de suma importância.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Obrigado, Sr. Walid.

Eu até quero pedir o apoio dos colegas Parlamentares e comunicar que protocolamos hoje um projeto que acrescenta a vaga de vogal do sistema de cooperativismo. Entendo que é muito importante, inclusive convido a todos no dia 9 de agosto, às 10h, para o lançamento da Frente Parlamentar do Cooperativismo e todos os senhores já estão convidados.

Sr. Presidente, eu me sinto atendido com as referências que fiz. Entendo que o Sr. Walid respondeu a contento, sinto-me satisfeito e retorno a palavra ao Presidente. Obrigado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	14

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Registro a presença do Sr. Jamal Jorge Bittar, Presidente da FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal.

Passo a palavra ao Deputado Daniel Donizet para fazer as suas indagações.

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Mais uma vez bom dia a todos e a todas presentes aqui no plenário.

A minha pergunta é sobre um serviço muito utilizado, corriqueiro da Junta Comercial. A Certidão Simplificada é um documento de suma importância muito solicitado por órgãos federais, estaduais, tribunais de justiça, bancos, entre outros.

Ocorre que na gestão do Governo Federal esse serviço era gratuito. A partir da gestão do GDF pelo serviço passou a ser cobrada uma taxa no valor de 36 reais, sendo liberado após o pagamento da taxa. A classe empresarial e contábil entende que a situação acima onerou e burocratizou um serviço que antes era gratuito e rápido.

Com relação a essa situação, eu gostaria de saber se o senhor tem algum projeto para que retorne a retirada *on line* da Certidão Simplificada bem como a gratuidade, haja vista a importância desse documento.

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDINE – Obrigado, Deputado.

A certidão é *on line*. À medida que a pessoa faz a solicitação por via digital, realmente foi aprovado pelo vocalato anterior esse preço público em relação à certidão. Isso vem ao encontro daquilo que a gente quer na Junta, a pessoa não precisa se deslocar até a Junta para poder pegar a certidão, ela já a tem de forma digital. Os demais serviços da Junta em breve serão disponibilizados da mesma forma.

O que eu gostaria, Deputado, de forma muito respeitosa, é que os senhores entendessem que, à medida que a gente tiver dotação orçamentária, que a gente entender melhor a estrutura da Junta... Nós gostaríamos de retornar aqui em noventa dias para construirmos a quatro mãos com os senhores algo a respeito daquilo que a gente realmente conseguir convencê-los. O que precisar manter preço, nós vamos manter; o que se possa dar gratuidade, amanhã ou depois e se não comprometer o orçamento da autarquia... A gente tem que ter isso de uma forma muito responsável para, amanhã ou depois, não termos um retrocesso.

Mas, se o senhor assim o permitir, a gente gostaria de, em noventa dias, a quatro mãos com os senhores, voltar aqui. Eu só não queria, Deputado, e eu peço desculpa, eu não posso me comprometer e não vou me comprometer... O senhor me desculpe mesmo, mas eu não posso me comprometer com qualquer promessa que eu não possa cumprir. Eu queria que o senhor tivesse esse carinho, essa paciência com a gente, para eu retornar aqui em noventa dias.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – A gente sabe que uma das grandes reclamações na Junta Comercial é a demora nos processos. O senhor já falou um pouco aqui de digitalização, de alguma coisa ligada à tecnologia. Mas, em algumas

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	15

outras juntas comerciais, se não me engano em nove, existe um projeto chamado Rede Simplex Digital.

Então, nesse sentido, eu gostaria de saber como o senhor gostaria de utilizar e incorporar a tecnologia da informação na Junta Comercial e assim simplificar, acelerar e modernizar os processos.

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDINE – Obrigado, Deputado. Na verdade, a questão da morosidade, aí eu posso dizer ao senhor que, da forma como a gente pegou a Junta... A gente está nesse sistema da Rede, sim, e a gente vem trabalhando nesse sistema todos os dias. Aí tem uma coordenação também nacional nesse sistema todos os dias. Aí tem uma coordenação em cima disso.

Deputado, estamos muito tranquilos porque nós, hoje, estamos com os processos... praticamente os que estão entrando na Junta hoje, estão tendo em média um dia e meio para poder sair. Isso no próprio relatório do Sistema Sim. Nós não pegamos com exceção dos processos que cabem a análise do vocalato. Tivemos um período sem os vogais. E agora conseguimos constituir três turmas. Nós ainda temos mais duas turmas para essa constituição. Nós também começamos com trezentos e poucos, já foram analisados novecentos e poucos processos. Nós devemos ter em carteira só cento e poucos processos. Foi uma surpresa maravilhosa com os vogais porque estão com dedicação, com previsão de tempo de uma a duas horas e não tem sido feito dessa forma. Tem ficado o tempo que é necessário para poder despachar todos os processos. Eu vejo que estamos bem abraçados e comprometidos.

Em relação a podermos estar alinhados às outras juntas na questão do tempo, estamos trabalhando com isso. Inclusive, eu queria convidar os senhores porque, amanhã, a gente vai ter a inauguração. A Presidente Cilene está aqui com os demais Presidentes. Amanhã estaremos inaugurando – é uma conquista de Brasília e uma deferência dos Presidentes, principalmente para poder ajudar a Junta de Brasília – a Sede Nacional das Juntas do Brasil aqui em Brasília. A Presidente estará sediada aqui e já assumiu o compromisso de estar *pari passu* conosco nessa caminhada também.

Deputado, eu queria que V.Exa. ficasse tranquilo, porque a gente está nesse caminho, sim, junto com as outras juntas do País.

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Agradeço as suas considerações, Sr. Walid. Sr. Presidente, era somente isso que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Passo a palavra ao nobre Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos, novamente.

Aqui para os nossos indicados, os nossos sabatinados, em boa parte daquilo que eu iria questionar, já estou contemplado com os questionamentos dos nossos colegas e com as respostas do Walid de Melo. Mas, vejam bem, as juntas comerciais no Brasil têm o seu embrião por volta de 1750, 1770, quando foram criadas ali as

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	16

primeiras mesas de inspeção do governo colonial português, com objetivo claro – e é até hoje – de controle da arrecadação de impostos e controle do Estado sobre o funcionamento da iniciativa privada. E desde aquela época, passando pelo período colonial, pelo período do reinado, pelo período do império, pelo da república e até hoje, a crítica é sempre a mesma: o processo burocrático e o processo moroso para abertura e fechamento de empresas, e a visível função arrecadatória do organismo para os fins do Estado. Isso é histórico e não vai mudar de uma hora para outra. Nós sabemos.

Com base nisso, eu peguei duas falas do Governador Ibaneis Rocha, quando ainda era candidato. A memória implacável facilita nesse processo. Eu olhei todos os programas de governo para depois, como Parlamentar, poder cobrar aquilo que vinha sendo prometido. Quem acompanha o meu trabalho sabe que eu sou fiscalizador cruel, implacável. Então, vou citar aqui duas falas do Governador. Na primeira, ele diz algo que repetiu semana passada aqui nesta tribuna, quando veio visitar esta Casa. Ele disse: “Rico não precisa do Estado, o Estado tem que trabalhar para o pobre; para o rico, basta que o Estado não atrapalhe”. Eu vou parafraseá-lo. Não confundindo empreendedor com gente rica, eu vou parafrasear o Governador: empresa não precisa do Estado, o Estado tem que trabalhar para o cidadão; para a empresa, basta que o Estado não atrapalhe. Então, parafraseio o Governador Ibaneis Rocha.

Em outra ocasião, no programa, ele disse: “No nosso governo, vamos acreditar na boa fé do empreendedor; se ele quiser abrir uma empresa, vamos conceder alvará ou autorização provisória, e depois dar-se-á um tempo hábil para que se apresente a documentação”.

São duas falas muito importantes, louváveis e pertinentes com aquilo que a gente está tratando aqui. Com base nisso, eu faço o primeiro questionamento simples. Então, com base nessa fala, questiono se é possível ou se há a concessão ou a pretensão de concessão provisória ou precária para o funcionamento de empresas, caso não consigam, como o senhor já disse que tentaram fazer, dar celeridade, por meio digital, eletrônico, tecnológico para abertura e fechamento de empresas. Então, é isso, quero saber se há alguma possibilidade junto à junta comercial, junto à Secretaria de Fazenda e junto à Secretaria de Desenvolvimento, de concessão de liberações e de documentações provisórias, até que se contemple a documentação definitiva para fazê-lo. E – isso é algo importante – se há exemplos dessa natureza em outras juntas comerciais. Os nossos colegas estão por aqui. Se houver, é importante, pois quanto mais rapidez a gente der para o processo, para que depois se apresente a documentação, será muito importante.

Para fazer já as duas perguntas, eu já vou para a segunda, que aí a gente não perde tempo. Quando aprovamos aqui a junta comercial, a saída do Governo Federal para o governo local, um dos temas mais discutidos aqui – eu, a Deputada Júlia Lucy e o Deputado Leandro Grass sempre tivemos muita preocupação com isso – foi a questão da estrutura – como é que seria a estrutura.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	17

Eu mandei uma mensagem para o Deputado Leandro Grass, porque ele estava ali e eu não me lembrava dos detalhes. Então, ficou definido que a estrutura da Junta Comercial terá 94 cargos e que será de livre provimento. Nós tentamos introduzir concurso público, mas depois consideramos que não era viável. Segundo informações do meu amigo Deputado Leandro Grass, a Casa Civil já tem encaminhado alguns componentes disso, considerando o perfil técnico e sabendo da responsabilidade dos senhores, da necessidade de se ter um perfil técnico para que esse processo todo seja estruturado e venha a dar celeridade ao objetivo mesmo da junta comercial. Até aí está tudo bem. Então, vossas senhorias vão ser aqui sabatinados e aprovados por nós. Não tenham dúvidas de que nós sabemos da responsabilidade e do preparo histórico e curricular de vocês. O que me preocupa é o futuro, considerando que a Junta Comercial é também uma indicação política, ela é indicação do Governador. Então, sempre me preocupa o futuro. Com vocês, eu não tenho preocupação nenhuma. A minha preocupação é a seguinte: e o futuro? E os futuros presidentes das juntas comerciais? E os futuros governadores? Quem garante que, sendo o cargo de livre provimento, não se abandonará o princípio técnico para se adotar o princípio político, e será mais um organismo, uma autarquia meramente cabide de emprego, coisa que a gente não quer mais aqui no Distrito Federal.

Então, eu pergunto: desde já, assim que V.Sa. virar presidente, que mecanismos, portarias, decretos ou encaminhamentos para o Poder Executivo podem ser adotados para normatizar isso tecnicamente, para que, no futuro, essa autarquia não venha a ser um cabide de indicações políticas?

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDINE – Deputado, obrigado. Quando eu... Eu não conhecia pessoalmente o Governador. Foi uma indicação do setor produtivo e, quando eu estive com o Governador, eu me coloquei à disposição e perguntei para ele o que ele esperava da Junta. O Governador foi muito breve e claro comigo. Ele disse que esperava que a Junta fosse muito transparente e que a única coisa de que ele não ia abrir mão era de que ela tivesse resultado.

Diante disso, alguns servidores que faziam parte da Junta voltaram para o Governo Federal; outros, por força de contrato que foi extinto, tiveram o seu serviço parado. Nós continuamos indo ao Buriti, tentando as nomeações daqueles que entendíamos que deveriam continuar.

Nós, mesmo com esses vinte e poucos dias, já estamos dentro do nosso planejamento da junta, que é feito todo dia, porque todo dia temos que correr para ver uma situação diferente. E não vamos reclamar disso nem vamos colocar isso como um argumento de nada, mas nós temos uma convicção grande, dentro da junta, sobre a questão do perfil. E aqui está o diretor secretário-geral e estão os diretores. Nós vamos insistir muito com relação ao perfil. Nós não vamos conseguir fazer uma junta se não tivermos o perfil adequado.

Para surpresa nossa – é a primeira vez que sou funcionário público, Deputado, e depois eu quero explicar por que eu aceitei esse desafio –, está acontecendo o inverso. As pessoas que o Governador colocou à disposição – uma delas já foi até

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	18

procuradora da Junta, é uma pessoa extremamente capacitada, e não só com ela aconteceu isso, mas também com outras pessoas – têm muito conhecimento. Nós tivemos a oportunidade de ver uma pessoa, cujo nome eu não vou citar, porque não estou autorizado para isso, que o mercado já absorveu. Ela deu uma contribuição ímpar, ela estava muito motivada junto com a gente. E o mercado já a levou, com um salário bruto três vezes maior do que ela estava ganhando.

Então, o que a gente tem recebido de indicações e seria muita crueldade da minha parte fazer um pré-julgamento, porque a gente está conhecendo as pessoas, e ninguém está tendo nem tempo de se conhecer direito, porque está todo mundo, o tempo todo, buscando colocar tudo aquilo que ficou parado. Graças a Deus, agora, vamos poder começar a olhar com um olhar diferente para aquilo em que acreditamos, aquilo que precisamos ter: o técnico para a Junta. E com esse técnico que precisamos ter para a junta, Deputado, nós estamos construindo um perfil. Porque, se falarmos que o melhor técnico da junta tem de ser um contador, será que, no futuro dessas empresas, com todas essas *startups*, o futuro vai ser um contabilista? Se a gente falar que tem que ser um advogado, será que o futuro vai se debruçar sobre as leis ou sobre os regimentos? E se falarmos que deve ser uma pessoa de TI, será que vamos estar indo no caminho certo, porque vai estar tudo digitalizado? Vamos precisar de muita inovação, porque teremos que levar muito produto para o mercado. A gente não pode ficar à mercê, ali parado.

Então, eu queria que o senhor ficasse tranquilo, porque essa é uma preocupação nossa. A gente sabe que na lei já tem até o prazo estipulado para poder ter o concurso público. A gente vai estar sempre construindo isso em conjunto, porque a gente teve a liberdade, por parte do Governador, que nos deixou bem à vontade, alinhado com as outras juntas do País todo, para que Brasília tenha, não digo a melhor junta, porque todas são maravilhosas, mas a junta mais rápida que realmente atenda a necessidade e o desafio que Brasília precisa. A gente não pode mais continuar exportando filho como a gente exporta. A gente, às vezes, tem os filhos aqui e os exporta por falta de oportunidade. Serviço público não emprega mais. Então, o compromisso que a gente tem com essa junta, e não é diferente disso... A gente não tem medido esforços, a gente tem chegado às 7h, 8h e às vezes tem saído 23h30min, isso todos os dias, e aprendendo muita coisa da Junta.

Vou confessar ao senhor que eu não tenho esse entendimento técnico sobre a junta ainda e aí seria bobagem... Eu trouxe vários relatórios sobre os quais posso me debruçar para dar números que os senhores vão ficar satisfeitos, mas isso ainda é muito pouco para a gente. A gente não queria construir dessa forma, a gente queria pegar a oportunidade e a chance que a gente está tendo. É a primeira junta no Distrito Federal. E vindo também a junta nacional para o Distrito Federal vai nos ajudar e muito. Nós já temos, com o Sebrae, alguns projetos que colocamos à disposição para ser piloto. E se a gente pegar também a experiência e a expertise de todos os presidentes de juntas desse País...

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	19

Eu tive a oportunidade de ir... E aí a gente nem tem nem orçamento, Deputado. Eu fui a São Paulo e agradeço aqui o Presidente Jamal a cortesia, à Federação de Indústria, a essas instituições... A Fecomércio tem nos ajudado muito e tantas outras. Em São Paulo tive a oportunidade de participar da inauguração da junta de São Paulo, que, na verdade, estava mudando de local. Está aqui o Presidente, Dr. Walter, a quem parabeno pelo trabalho. O Governador de lá ficou muito satisfeito e pôde, por meio do senhor, realizar um sonho tanto dos paulistanos como dos paulistas, ao saber que tudo lá acontece no mesmo dia e a junta gera ou fecha uma empresa no mesmo dia.

Eu fico à vontade porque, talvez, eu esteja com os melhores profissionais de junta do País ao meu lado, que se comprometeram com a gente a construir isso juntos. A gente vai aprender muito também com todos eles.

Deputado, a questão do perfil realmente é uma questão com que estamos muito preocupados. Estamos debruçados sobre ela. Entendemos que as pessoas que estiverem lá, que vamos qualificar da melhor forma possível... Já estamos pensando nisso o mais rápido possível, mesmo porque vai ter concurso público, e já estamos deixando bem claro qual é o perfil de servidores que queremos para a junta.

Não podemos fazer um perfil diferente nem podemos planejar uma junta para daqui cinco anos ou dez anos. Temos que entender, ainda mais com a vinda de *startups* e tantos outros modais de entendimento, de criação de empresa, que temos de fazer de forma muito diferente. Vamos passar também por uma reforma tributária, se Deus quiser, logo. O que esperamos dessa junta, Deputado, é, através dela, podermos ser um piloto não só na questão da junta, mas também ser um piloto do serviço público.

Que possam tirar do sucesso que tivermos nessa junta, do que formos construir, em especial com os senhores, porque vamos precisar de alguns PLs também... Eu tenho certeza de que os senhores vão se debruçar em cima disso, para realmente mudarmos esse cenário e termos a questão da burocracia amenizada e, no futuro, com certeza, resolvida.

Tem um medidor, Deputado, que mede a posição do Brasil em relação... É *business*, né, que mede o *ranking* em que o Brasil está. Acho que está em 109º lugar, parece-me. Um dos motivos que faz o Brasil estar dessa forma – acho que são dez critérios – é a questão da abertura de empresas. O mundo todo faz essa avaliação.

Então, sabemos da nossa responsabilidade. Estamos muito compromissados. E, quanto aos nomes, foi surpresa, porque, na Junta Comercial em que estamos hoje, o senhor pode ter certeza absoluta de que vamos caminhar para o concurso público. A gente tem recebido só presente na junta. Não fiz nomeação, mas as pessoas que estão vindo do Buriti estão sendo nomeadas e têm agregado muito lá. Com certeza, vão ter que passar por treinamentos. O senhor tem que ver o corpo de vogal de lá. É muito importante falar isso, porque a gente tem o vocalato que atua muito nas decisões da junta. A gente está muito confortável.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	20

Acho que a OAB emprestou o que tinha de melhor, assim como a Câmara Legislativa e a Federação de Indústria. Fomos a essas instituições e pedimos que, se pudessem mandar, no caso da Fecomércio, no da Federação de Indústria e no das associações comerciais, um empresário mais técnico, isso iria ajudar muito. Nós fomos atendidos. Fomos à Câmara Legislativa, e o Presidente Rafael nos atendeu e deu corpo técnico espetacular, para a nossa surpresa. Fomos à OAB, que fez do mesmo jeito.

Tenho certeza de que, se os demais fizerem da mesma forma – o CRC, o Sescon... Tenho certeza também de que, se vier, amanhã ou depois, o cooperativismo, se os senhores acharem por bem fazê-lo, vão designar o melhor técnico.

Então, por enquanto, Deputado, eu gostaria de um prazo de noventa dias – é o prazo que a gente pede – para a gente tomar pé de tudo e trazer aqui, com certeza, tudo isso. Nós não queremos nem um prazo maior, nem um prazo menor, para não fazer com a devida responsabilidade e para a gente poder ter conhecimento para falar de uma forma mais clara com os senhores. Sei que a gente fala aqui, mas, às vezes, a resposta não é aquela que o senhor espera – o senhor pode fazer uma pergunta e eu não responder da forma como o senhor gostaria. Só que, com noventa dias, o senhor pode ter certeza de que a gente vai estar aqui, com toda a nossa diretoria, que se faz presente, mostrando os projetos, fazendo as apresentações e indo ao encontro do que os senhores, com a total responsabilidade que têm e com o mandato que estão exercendo da melhor forma possível, pensam sobre fomentar o emprego e gerar renda no Distrito Federal.

Eu só tenho a agradecer por esse abraço que o senhor tem dado na gente e nos demais.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ficou muito claro que a segunda resposta está perfeita. Na primeira, o nosso Presidente também deixou claro que vai precisar desse prazo de noventa dias. Acho importante essa história de voltar à Câmara Legislativa para dar um retorno que, no meu entender, deve ser feito mesmo na CDESCTMAT, que é a nossa comissão responsável.

Então, acho que já vale a pena aconselhar o Presidente da comissão a marcar reunião para daqui a noventa dias, para que a sociedade brasileira veja o que já aconteceu nesse prazo, que é curto. Vocês estão bem ousados em entregar algo concreto em noventa dias. É um compromisso bastante significativo.

Então, fica já a dica para a gente levar ao Presidente da CDESCTMAT.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Registro a presença do Sr. Christian Tadeu, Diretor da Fecomércio; do Sr. Athayde Passos, assessor de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	21

relações institucionais da Fecomércio e do Sr. Guilherme Marconi Coutinho de Souza, Vice-Presidente da Junta Comercial da Paraíba.

Passo a palavra ao nobre Deputado Fábio Felix para fazer suas indagações.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Presidente da Junta Comercial, com quem a gente esteve conversando ontem – e acho que houve algumas visitas aos gabinetes –, primeiro, eu queria falar um pouco sobre algumas ponderações que fizemos, no período agora de julho, sobre a nomeação, e explicar o motivo dessas ponderações – eu acho que tem a ver com o papel que o Poder Legislativo cumpre, como Deputado Prof. Reginaldo Veras falou.

A gente reclamou – não só eu, mas outros Parlamentares também – sobre a nomeação ocorrer sem que houvesse a sabatina na Câmara Legislativa, porque o ato legal foi feito. Apesar dos cuidados – que eu considero muito relevantes – que o Presidente tomou, inclusive de não conversar com a imprensa, o ato legal foi feito, assim como a posse e o início dos trabalhos.

Por que a gente se preocupou? Porque no início do ano vimos uma manobra que também trouxe preocupação para esta Casa, e tem a ver com a nomeação do Instituto de Gestão Estratégica. O governo aprovou uma matéria muito polêmica – a ampliação do Instituto Hospital de Base para o Instituto de Gestão Estratégica –, e, em vez de submeter o novo presidente do Instituto de Gestão Estratégica à sabatina nesta Casa, o governo fez a nomeação um dia antes da sanção da lei, para que o presidente fosse nomeado no Instituto Hospital de Base e, depois, permanecesse no Instituto de Gestão Estratégica. Isso foi, do nosso ponto de vista – e acredito haver até um consenso nesta Casa –, uma manobra para que o presidente não viesse à Casa para se submeter à sabatina.

Portanto, eu acho que o gesto de o senhor estar aqui hoje, de o governo mandá-lo para que a gente pudesse ter este momento de diálogo, é muito importante.

A nossa reclamação foi muito no sentido de que não vire uma prática do governo não se submeter àquilo que, inclusive, é parte da lei que o próprio governo sancionou, que é um critério de participação desta Casa na escolha dos presidentes de alguns órgãos específicos, os quais – em lei está determinado – devem passar por sabatina na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A sabatina é uma vacina importante para alguns problemas, como os que o Deputado Prof. Reginaldo Veras passou aqui para nós na fala dele. Eu acho que um deles é a utilização de uma série de cargos especificamente como cabides de emprego, ou alguns cargos sendo preenchidos sem a qualidade técnica que deveria haver em certos postos no Distrito Federal. Então, eu acho que isso é uma vacina importante.

Eu saúdo V.Sa. pelo gesto de comparecer aos gabinetes, de dialogar com os Parlamentares, e de trazer uma série de preocupações aqui.

A maior parte das indagações que eu me organizei para fazer já foram feitas pelos Parlamentares.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	22

Eu acho que vocês precisam trabalhar – e eu quero aproveitar mais como comentários, e não como indagações – num projeto específico de criação de uma carreira, ou de adaptação ou reforma de alguma carreira existente no DF, para que ela possa atuar junto à Junta Comercial.

Então, que se abra concurso, porque, como o Deputado Prof. Reginaldo Veras falou, a gente vive hoje um governo que faz indicações técnicas, resgata nomes específicos – imaginamos nós – para trabalharem nessa área que possam ter condições técnicas, mas isso pode não acontecer em outros governos. Então, a preocupação da Câmara Legislativa precisa ser uma preocupação de Estado. E uma carreira para atuar nessa área é muito importante.

Além disso, tirar também a Junta Comercial de uma dimensão conceitual, como o Deputado Prof. Reginaldo Veras trouxe, especificamente cartorial, que muitas vezes é utilizada como instrumento de arrecadação, e não de fomento de política pública, e não de facilitação da vida do empreendedor, do empresário, do microempreendedor, daquele que vai lá e tenta de alguma forma.... Às vezes, os grandes empresários têm as condições técnicas, jurídicas, contábeis para superar muito mais facilmente a burocracia, mas o microempreendedor, o microempresário, quem está começando tem muito mais dificuldade, e a burocracia me parece muito mais cruel com estes.

Se a gente pegar o exemplo concreto da gente andando para resolver uma coisa, ir a um cartório ou a uma série de órgãos para resolver, você passa horas numa fila; quando é atendido, é informado de que na verdade você deveria ter ido para outro setor, que não é naquele setor que você deveria estar. Então, o cidadão comum, a pessoa física, aquele que está batalhando para melhorar a vida – e a gente sabe, todo mundo já passou por isso – sofre muito com a burocracia. A facilitação, a testagem para a melhoria dessa burocracia é algo fundamental, e eu acho que vocês precisam trabalhar nesse sentido.

A gente conversou com algumas pessoas, nesse período, que têm acesso – especialmente microempreendedores, gente que ousa empreender no Distrito Federal apesar de tanto desemprego, com tantas dificuldades –, e este foi um problema que eles apontaram: a burocracia, a dificuldade que ela gera.

Outro elemento que apontaram também foi a falta de transparência nos procedimentos. Não se sabem exatamente os prazos. Então, falta informação. Vale, portanto, essa orientação para que ocorra a capacitação, conforme a que eu já sei que vocês estão fazendo, para que todos possam informar e dar transparência.

A transparência pública também para os processos é fundamental, porque ajuda todo mundo a entender em que patamar está, não privilegiando uns em detrimento de outros, com os grandes empresários ou os grandes setores tendo privilégios em relação àqueles que têm mais dificuldades de acompanhar ou àqueles que não têm uma *advocacy* permanente nos estabelecimentos, para poderem agilizar os seus processos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	23

Essa é uma preocupação que nós temos que ter. E uma sugestão que eu faço a V.Sa. é a questão da criação de uma carreira específica da Junta Comercial – pode ser uma grande ousadia, mas pode ser uma alternativa – ou a adaptação de uma lei para uma outra carreira que tenha atribuições específicas no Distrito Federal ou que tenha condições de assumir essa área, ou, ainda, que se abra concurso para essa carreira. Assim, o Executivo enviaria esse projeto para cá, para que se abra concurso para essa outra carreira, a qual poderia ter lotação também na Junta Comercial.

Eu não sei, por exemplo, qual é a carreira específica que atua na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal ou que atua numa Secretaria como a SEPLAG, na Secretaria de Fazenda, para que essa carreira seja ampliada para atuar na Junta Comercial, com uma mudança na legislação.

Seria um procedimento talvez mais fácil, Deputado Prof. Reginaldo Veras, do que a criação de uma carreira específica da Junta. Já existem no Distrito Federal mais de trinta carreiras. Às vezes não se tem unidade, há muitas especificidades, e isso traz mais complexidade para atuação nas políticas públicas.

Eu queria fazer uma ponderação mais global, que eu acho que tem a ver com o Governo do Distrito Federal, também como um comentário, sugestão, e não uma pergunta específica sobre o currículo. Eu acho que a gente vai viver na prática essa nova gestão da Junta Comercial, e independentemente do retorno de vocês daqui a noventa dias, a gente vai ouvir, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o próprio setor produtivo ou outros setores da sociedade que vão vir aqui falar bem ou falar mal do trabalho que vocês vão desenvolver ao longo desse período. Espero que daqui a noventa dias a gente possa ter a oportunidade de fazer esse diálogo novamente.

Ressalto que hoje, no Distrito Federal, dos 29 cargos de Secretários de Estado indicados pelo Sr. Governador, apenas 7 são ocupados por mulheres. Esse é um dado importante porque tem a ver com uma série de desigualdades. Uma delas, fundamental, é a questão de gênero, mas há outras desigualdades que a gente vive no Distrito Federal. Eu sei que na própria composição da Diretoria da Junta Comercial há cinco integrantes, sendo apenas uma mulher.

Esses são problemas que muita gente transforma em problemas menores e secundários na vida política, na vida institucional, mas não são, pois a representatividade é fundamental. A representatividade é uma demonstração de que a gente quer superar uma série de desigualdades.

Uma sugestão é que a Junta também se preocupe com isso, no seu quadro de funcionários, e não só no seu quadro de funcionários de assessoria, mas também no seu quadro de dirigentes de funcionários. É uma questão importante, a qual eu sugiro a V.Sa. que leve em consideração.

São esses os meus comentários.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDINE – Obrigado, Deputado Fábio Felix.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	24

Aliás, é uma Diretora que trabalha por dois ou três.

Eu gostaria de frisar para V.Exa. que, quanto ao quantitativo de funcionários da casa, hoje nós temos mais mulheres do que homens.

Quero dizer da satisfação pela forma calorosa, carinhosa, como V.Exa. recebeu a gente, e do entendimento de V.Exa. de que em momento algum eu deixaria de vir aqui, porque isso é muito importante.

Quanto a essa questão que V.Exa. mencionou, a gente está bem atento a isso da carreira, a questão do perfil. Isso é uma preocupação nossa.

Eu sei que é muita coisa, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas a gente está trabalhando em cima disso, não só os diretores da casa que estão lá. Vou agradecer a todos eles – à Marcela, ao Marco, ao Aloísio –, e dizer para os senhores que todos eles eu conheço a partir do momento que chegaram lá. Eu não tinha conhecimento de nenhum deles, mas eu fui abraçado, e a gente está interagindo de uma forma muito positiva, porque eu acho que o interesse lá é comum: fazer o melhor e de forma transparente.

Em especial, eu queria agradecer também aqui – ele que representa toda a Junta Comercial – ao Max. Obrigado, Max, pelo apoio, pela seriedade, pela condução, pela vontade de realizar, e a ciência de que a gente tem que correr com esses prazos para a gente poder estar aqui em noventa dias.

Agradeço, ainda, ao Jurídico, ao Dr. Rafael, e a alguns colaboradores a quem eu não poderia deixar de agradecer: ao Geovane, nosso auditor... Eu pedi a ele que começasse pela Presidência e ele disse “calma”. Ele tem feito um belo trabalho também. Agradeço em especial a alguns servidores que estão na Junta desde a nossa chegada. Na verdade eles já estavam lá, alguns são cedidos pelo também pelo Governo Federal, alguns entenderam que não deviam mais continuar sem a gratificação e alguns estão dando toda a sua dedicação aos sábados e domingos treinando os demais, mostrando como funciona a Junta. Aí eu gostaria de deixar registrado o nome da Mirna e, em especial, o nome do Márcio. Obrigado, Márcio, pela sua atitude e pela correção.

Deixo registrado aos senhores que a Junta Comercial é administrada institucionalmente pelo Presidente e pelo Vice-Presidente, de acordo com a lei, e são quem toca a casa junto com a gente, mas quem realmente toca a casa é o Diretor Secretário Geral. Aí a gente tem uma pessoa muito transparente. Ele foi um presente. O Max é uma pessoa que chega a ser chato na sua sinceridade, na sua verdade e na sua transparência.

Esses foram os nomes que o Governador fez questão que eu enviasse. Então, obrigado, Max, pelo apoio, pelo carinho e vamos ver se conseguimos,... Vamos ver não, nós já assumimos o compromisso de dentro de noventa dias estarmos com tudo isso aqui.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	25

Eu queria dizer aos senhores que hoje lá nós não temos sala do Presidente, do Vice. Não é “Dr. Feijão”, pois lá nós temos uma sala onde todo mundo trabalha em conjunto. Isso porque a gente divide todos os acontecimentos e procura ter todo o aprendizado. As pessoas que estão lá também estão da mesma forma.

Então, hoje nós estamos mais preocupados em deixar a Junta andando para poder, nesses noventa dias que nos comprometemos com os senhores, trazer tudo isso aqui para que os senhores façam a avaliação. Os advogados estão agindo da mesma forma. Têm sido impressionante a quantidade de processo que está andando dentro da casa e isso está se dando com muita transparência. Digo aos senhores que o perfil, tão logo a gente o tenha, nós vamos trazê-lo para cá.

Quero me colocar à disposição, caso haja mais algum Deputado, Sr. Presidente, que queira fazer alguma pergunta.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Passo a palavra ao Deputado Leandro Grass para fazer as suas indagações.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Sr. Walid, obrigado pela presença. Eu quero agradecer à Comissão de Constituição e Justiça por proporcionar esse debate, esses questionamentos que são tão importantes para o futuro da nossa cidade. Essa é uma grande chance de a Câmara Legislativa do Distrito Federal também desenvolver a sua função fiscalizadora e construtiva.

Eu também já fui contemplado em grande parte pelas questões dos meus colegas. O Deputado Daniel Donizet trouxe um tema que para mim também era muito importante sobre a informatização, a atualização e principalmente sobre a transparência do processo que a Junta vem realizando, de a gente poder construir também procedimentos que sejam acessíveis mais *on line* do que presencialmente. Eu trago até aqui, Sr. Presidente, um questionamento, uma reflexão de um dos nossos colaboradores, um eleitor, um cidadão que diz que é empresário e fala: “Utilizo a Junta Comercial semanalmente e seria muito importante frisar ao novo postulante sobre a necessidade de um canal mais ágil para que os usuários possam tirar suas dúvidas. Hoje só existem dois modelos: por *e-mail*, que são respondidos após vários dias; e presencial, através de uma senha de informações que sempre está com uma grande e demorada espera. Pessoas se deslocam à Junta apenas para uma simples dúvida. Atendimento presencial bem irregular, com uma espera razoável e análise dos processos muito demorados”. Quem enviou esse *e-mail* foi o Sr. Rodrigo Silva.

Eu acho que esse é um ponto legal porque tem a ver com essa reformulação do sistema digital que pode sanar essa pressão do atendimento físico, presencial.

Outros pontos que também já foram colocados, o Deputado Prof. Reginaldo Veras provocou a respeito do concurso, segundo a legislação, dois anos para a gente implementar. Na nossa conversa o senhor já sinalizou que tem interesse nessa profissionalização por meio do concurso público. Seria importante já neste próximo encontro dos três meses, talvez agora o senhor não tenha essa informação, o senhor nos dar uma perspectiva de quando, como estão pensando em fazer, se com o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	26

concurso qual será a previsão de redução do cargo comissionado, da quantidade de cargos comissionados.

Então isso seria interessante a gente saber até pelo ponto de vista de organização orçamentária. A gente agora vai ter Lei Orçamentária sendo votada aqui na Câmara, e isso seria para a gente poder se organizar também em termos de projeção do Orçamento Público.

O senhor também trouxe aqui algumas informações sobre planejamento. Infelizmente, neste governo, a gente carece de planejamento. O setor produtivo, o setor privado sabe da importância de um planejamento estratégico. As empresas muitas vezes fecham porque não têm planejamento. Os órgãos públicos não fecham porque eles precisam continuar existindo mesmo sem planejamento. Das Secretarias, autarquias e empresas públicas, vimos pouquíssimos planejamentos estratégicos até agora. Eu posso dizer aqui que acho que duas Secretarias apresentaram ainda de forma muito insipiente. Espero que nesse próximo encontro, daqui a três meses, a gente tenha o planejamento estratégico da Junta, que vocês certamente vão construir, e que a gente possa contribuir e avaliar esse planejamento estratégico em relação a todas as variáveis e dimensões que a Junta tem.

Outro ponto importante que também sinalizamos na nossa conversa e que quero trazer aqui para o plenário é o ponto de vista do atendimento específico, especializado para certos segmentos do setor produtivo, principalmente empresas de inovação, *startups*, pequenos empresários – como mencionou o Deputado Fábio Felix – e cooperativas, como trouxe o Deputado Roosevelt Vilela. De que forma a Junta pensa em desenvolver ferramentas para esses segmentos. Esses segmentos são vocacionados na nossa cidade e têm a ver com a lógica da nossa Brasília. Nós gostaríamos que vocês pensassem com carinho nos jovens empresários. Estamos tendo um número significativo de jovens empreendedores no DF. A Fecomércio tem feito um trabalho interessante neste sentido e a Junta precisa estar alinhada com isso.

Sobre os valores, o senhor também já sinalizou que é preciso ter cautela para que eles promovam a sustentabilidade, mas também a gente vai aguardar até esse encontro, daqui a noventa dias, para que se justifique essa tabela de valores com base na prospecção da Junta.

Por fim, eu queria que o senhor trouxesse a sua visão, a sua avaliação da qualidade do serviço que a Junta presta no Distrito Federal hoje e de quais são os principais elementos que o senhor pensa em consertar e qualificar daquilo que o representante do setor produtivo já verificou ao longo de todos esses anos. Quais são os principais problemas da Junta e como vocês pretendem resolvê-los?

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDNE – Obrigado, Deputado.

Eu queria aproveitar os comentários que o senhor fez e de dizer aos senhores que não nos preparamos, pelo menos eu não me preparei, para pontuar todos os ganhos que tivemos na Junta. Mas, uma coisa para deixar o senhor tranquilo: a Junta abria de 10h às 16h. A partir desta segunda-feira a Junta já abre às 8h30min da

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	27

manhã. Isso já é uma mudança porque a gente evita aquela fila que dá conotação lá fora de um trabalho, de um serviço que não é legal. Então, a gente já está abrindo a Junta às 8:30 da manhã. Isso já é uma mudança que nós tivemos. Protocolo único e tantas outras que a gente teve lá.

Em relação ao que o senhor falou da questão do que a gente espera, eu vou ser sincero, acho que investimento maior do que em TI é em pessoas. Então, acho que a gente vai trabalhar muito forte nisso. A medida que você investe em pessoas, em treinamento, em qualificação, em conscientização do que é a importância da Junta, em inovação por meio das pessoas, por meio das instituições como o FAP, a gente traz o resultado que se precisa. Então, vamos continuar investindo muito como já estamos investindo em pessoas. Buscando, paralelamente a isso, o perfil.

Mas, o que a gente vê é que está indo tudo pelo caminho da digitalização, de se ter empresas com mais facilidade e tranquilidade tanto na abertura quanto no fechamento, o que é muito importante. A questão da desburocratização é fundamental. Essa reforma tributária eu acredito que vai passar. De alguma maneira vai colaborar e muito. Hoje, a gente está muito focado no que fazer com esse banco de dados e aí temos os Presidentes das Juntas de todo o País que, a cada dia que passa, têm uma ideia nova; a cada dia que passa, se lança um produto novo. A gente queria estar nesse mesmo ritmo que eles estão. Eu diria que a gente está ainda um pouco atrás, mesmo porque a Junta não era o principal foco do Governo Federal. E agora é o principal foco, porque a gente vai, através da Junta, trazer uma série de produtos – em relação a *startups* e essa coisa toda que o senhor está dizendo, que são essas empresas do futuro. A gente acredita muito, principalmente porque Brasília é o segundo lugar que mais tem universidade e faculdade. E esses jovens que estão aqui são promissores.

Então, estamos abertos, Deputado, para poder receber e conversar muito sobre isso. Tivemos também uma conversa muito boa com a Deputada Júlia Lucy, que nos mostrou uma visão realmente surpreendente em relação a tudo isso que o senhor falou. E a gente vai construir isso junto.

Agradeço a forma receptiva e o tempo que V.Exa. nos disponibilizou. Parabéns ao senhor pela preocupação em fazer com que as empresas tenham responsabilidade social, e que estejam ligadas ao meio ambiente.

Deputado, conte conosco! Estamos aliados aos senhores justamente para poder buscar o melhor para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

Talvez hoje eu não esteja tão à vontade porque, na verdade, é uma sabatina, e eu nunca passei por isso; mas com certeza, daqui a noventa dias, eu vou estar bem mais tranquilo, vou estar com toda a minha diretoria aqui e os senhores vão ter a tranquilidade de falar com todos. Acho que isto é importante: todos estarem alinhados, independente do Presidente. Todos vão estar a par do que a gente está construindo em conjunto, porque quando você tem um, você não tem nenhum; e quando você tem dois, você tem um. Isso foi um aprendizado que eu tive na Federação de Indústria.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	28

É impressionante como o Presidente compartilha tudo e faz questão de que a gente ande sempre pensando na instituição, o tempo todo. Foi uma escola que eu tive, em particular pela forma como ele me ensinou. Às vezes eu fico até às 23h, e quando ligo na Federação, nesse horário, para saber dele, ele ainda está lá. É uma escola!

Eu queria dizer também, Deputado, da alegria com que fomos recebidos aqui.

Presidente, se permite, em respeito a esta Casa, eu acho que seria muito importante – este é um pedido meu; se for possível ser feito no encerramento – os senhores escutarem a Presidenta da Junta Nacional, pois com certeza ela nos trará muita informação sobre o que está sendo realizado e sobre aquilo que os senhores podem ter em mente no futuro – o que realmente a gente está construindo.

A Presidenta representa todos os Presidentes; está há alguns anos na Junta Comercial, e está se locomovendo para o Distrito Federal. Se os senhores permitirem, eu gostaria muito que no final ela fizesse uma explanação. Eu acho isso muito importante, e os senhores até vão ficar mais à vontade quando souberem o que vem pela frente, da Junta Comercial do Distrito Federal, porque a gente caminha muito junto. Todos os Presidentes da Junta do Brasil me abraçaram, e muito, e são meus professores agora. Eu estou muito aquém deles, mas espero acompanhá-los.

Obrigado, Deputado, pelas considerações. Tenha certeza de que vamos caminhar juntos.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Agradeço as respostas, e desejo ao senhor um bom trabalho. Todos os Deputados estão dispostos a colaborar.

Eu friso um elemento que o Deputado Fábio Felix trouxe em relação à forma como o governo tem conduzido esses encaminhamentos, que devem seguir um protocolo, um rito e um prazo – mais um equívoco! A gente atende com todo carinho, com toda atenção, e ficamos felizes com suas respostas, mas nós estamos insatisfeitos com a forma com que o governo tem lidado com esta Casa em alguns momentos. É preciso respeitar os prazos, é preciso respeitar o que a lei manda. Isso é muito importante!

Acho que temos que marcar esse ponto inclusive quanto às próximas nomeações e indicações. Sugiro que – mesmo que isso não seja legislado pela Lei Orgânica do Distrito Federal – possamos definir isso com os Secretários. Temos um governo que está extrapolando a quantidade de mudanças administrativas e de nomeações. Muda-se o tempo todo! Exonera, nomeia, exonera, nomeia, exonera, nomeia! A gente já não sabe quem está em qual lugar! As pessoas estão sendo indicadas, e a gente não sabe mais quem está respondendo pelo quê!

Então, eu queria sugerir à Casa Civil, à Secretaria de Governo, que tenham uma relação um pouco mais respeitosa e cuidadosa com esta Casa na hora de tomar suas decisões e fazer suas nomeações. A gente precisa saber quem está onde e o que pretende fazer com as responsabilidades que tem.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	29

Parabenizo o senhor, e agradeço muito a gentileza de ter vindo aqui conversar conosco.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Martins Machado.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Passo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, como o senhor falou, nós já tivemos uma conversa, e eu me coloquei totalmente à disposição para aprimorarmos os processos da Junta. Afinal de contas, temos uma interlocução direta com os diversos ramos do setor produtivo, especialmente com as *startups* de tecnologia.

Em relação à reformulação dos preços, a Lei nº 6.315, que aprovamos aqui, deu o prazo até a data de ontem para que fosse apresentada a nova tabela. Como o senhor falou, realmente é um processo complexo. Eu me comprometo a entregar o trabalho que o nosso gabinete já fez, porque quando houve a reformulação dos preços, analisamos os preços de todas as demais juntas comerciais e vimos que Brasília estava disparado como uma das mais caras. Tivemos uma média de aumento de 500%. Alguns preços aumentaram 5.000%. Então, o setor produtivo ficou realmente muito preocupado.

Baseados no nosso ordenamento jurídico, já apresentamos uma tabela – a qual posso encaminhar ao senhor –, que coloca Brasília numa situação de competitividade com os demais estados. Se queremos fomentar a abertura e a formalização de negócios aqui, precisamos pensar nisso. Então, vou encaminhar a tabela para o senhor.

Vou retomar a questão da indicação das pessoas, sobre o que o Deputado Fábio Felix e o Deputado Prof. Reginaldo Veras comentaram.

Nós acompanhamos de perto a transferência da Junta Comercial aqui para o Distrito Federal. Nós convocamos uma audiência pública, fizemos uma reunião com os antigos vogais, e uma das coisas frisadas aqui na Casa foi a necessidade de se efetivarem as pessoas que já trabalhavam na Junta Comercial – em sua maioria, servidores da União.

Isso especialmente porque a Lei Federal nº 13.833, que transferiu a junta comercial aqui para o Distrito Federal, garantia que a Junta do Distrito Federal, até o dia 31 de dezembro deste ano, não teria ônus no pagamento desses servidores.

Então, considerando que não teríamos ônus e considerando a necessidade de manter uma memória institucional e um padrão de atendimento – visto que a legislação tributária é extremamente complexa –, fica a indagação: por que houve a substituição dessas pessoas? Esse é um ponto.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	30

Temos aqui a lista das pessoas nomeadas. Chama-nos à atenção, por exemplo, a grande quantidade de pessoas que vieram de algumas administrações regionais, como Paranoá, Itapoã, SIA, Santa Maria, Cruzeiro e Park Way.

Também nos chama à atenção o fato de que boa parte das pessoas nomeadas está na faixa etária de 24, 25 anos e não tem ensino superior – aliás, uma pessoa concluiu o EJA em 2016.

Então, considerando que já havia, à disposição da Junta, um quadro técnico com bastante experiência para tocar os processos; que o Distrito Federal não arcaria com esse custo; e que houve um acordo nesta Casa para criar 94 cargos – sobre o que deixei muito clara a minha posição contrária à criação de um número tão grande de cargos comissionados –, eu gostaria de entender, Presidente, quais foram os critérios utilizados para a nomeação dos servidores atuais.

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDINE – Obrigado, Deputada.

Fiquei muito feliz com a receptividade que eu tive de V.Exa. no seu gabinete, pela forma como V.Exa. se expressou.

Eu tenho que ser muito sincero. V.Exa., na condição de empresária, sabe disto. Tenha a certeza de uma coisa, nós não demitimos ninguém, nós não exoneramos ninguém, mesmo porque temos uma convicção: o trabalhador que está cumprindo a função dele pode ter os momentos em que ele tenha necessidade da empresa ou da autarquia e temos que tratá-lo com muito carinho. Mas eu tenho a máxima de que não é você que pede a exoneração, é a pessoa que fala para você que quer ir embora.

Então, sem querer expor ninguém, dentro do Governo Federal ficaram pessoas. Inclusive, há algumas que estão aqui e que passaram o sábado e o domingo treinando as demais.

Mas havia algumas pessoas, com todo o respeito, Deputada, que não queriam ficar. E a atitude mostrou isso. Não podíamos, Deputada, trazendo tanta gente que estava chegando, ter um comportamento com pessoas que estavam criando uma certa insubordinação ou determinando o próprio horário porque não tinha saído ainda a questão da gratificação, impondo algumas coisas... E, desde o começo, eu fui bem claro com todos: se fosse para eu prometer alguma coisa de que eu não daria conta, eu preferia dizer que eu não iria fazer. E foi assim. Eu acho que, se hoje os servidores sabem... (Ininteligível.) a vontade da Casa, a nenhum deles eu prometi nada. O que eu fiz foi trabalhar, foi levar o nome de todos ao Buriti e tentar.

Quanto aos servidores da União, por quem tenho muito carinho e respeito – por todos eles –, alguns realmente acharam melhor não continuar na forma que a gente gostaria que fosse, de tratar com muita transparência, dando o melhor para o usuário desse serviço público. Então, em relação aos servidores, guardam o meu carinho. Desde o Presidente, por quem, desde quando lá nós chegamos, tenho muito carinho. Continuo tendo carinho pelo ex-Presidente, mas também, Deputada, sem querer aqui... Acho que não é bom ficarmos tripudiando em nada, mas é bom ouvir. Inteligente é quem ouve os dois lados e aquele que sabe onde está a verdade.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	31

Eu só quero comentar uma coisa com V.Exa. Eu não recebi um papel, eu não recebi uma anotação, a não ser gaveta vazia. E aqui estão os diretores, que são prova disso. E, se não tivéssemos mantido alguns servidores que lá estavam, não teríamos histórico nenhum na Junta. Entendo e respeito as pessoas que estavam lá e a forma como elas acharam melhor sair. Guardo carinho por todas elas. Mas não me foi passado absolutamente nada. Até hoje ainda vamos atrás dos dados.

Agora foi uma grata surpresa porque, nessas nomeações, todas as pessoas que chegaram lá procuraram abraçar e estão abraçando até hoje. E eu não sei a origem dessas pessoas, porque eu não as conheço, mas a cada dia que passa estou me surpreendendo com a dedicação delas. Eu não sei se é porque, quando chegamos lá, havia 117 e a Câmara só aprovou 94. Eu não sei se foi isso, pois não cabe a alguém lá deixar de fazer alguma coisa porque é o tempo todo, tem serviço, temos a parte de protocolo, temos a pré-análise, temos a análise, temos os processos que vão para os vogais e por aí vai. Temos uma série de procedimentos internos e ficamos o dia todo por conta. E as pessoas lá, em momento nenhum, estão dizendo para a gente que não vão fazer isso ou que vieram para isso ou para aquilo. Está todo mundo se dedicando ao máximo. E ainda estamos, por conta disso, avaliando perfil e, às vezes, há muita mudança, pois estamos entendendo que aquela pessoa vai render e estar mais confortável para aprender em outro serviço. E todos estão colaborando. Essa é a grande verdade e foi uma surpresa. E os que ficaram lá, da mesma forma.

Também concordo, Deputada, com a preocupação de V.Exa. e do Deputado Leandro Grass. Concordo com os demais Deputados de que precisamos avaliar essa questão do perfil. Se a gente quer, a gente vai fazer isso, a gente vai trazer aqui, Deputado, e vai construir isso a quatro mãos. Nós tivemos até a oportunidade de ter um servidor da Casa que esteve lá e também já deu várias ideias e estamos construindo isso juntos.

É por isso, Deputado, que eu queria um pouco de paciência para a gente trazer isso com noventa dias. A gente sabe do prazo também, mas, infelizmente, a gente não tem dotação orçamentária, a gente não tem absolutamente nada. A gente está construindo tudo isso, o governo está enviando para os senhores, tenho certeza de que os senhores vão dar prioridade a isso, mas a gente sabe o acúmulo de afazeres aqui também.

Deputada, só para dar uma ideia, dentro do Centro-Oeste, na abertura e alteração, R\$160,00 (cento e sessenta reais) no Distrito Federal estão sendo cobrados. No Centro-Oeste são cento e cinquenta e sete e trinta e três; no Sudeste, cento e cinquenta e seis e setenta e seis; e no Nordeste cento e trinta e nove, zero dois. Para baixo, nós estamos com cento e cinquenta; no Centro-Oeste, cento e cinquenta e quatro; no Sudeste, cento e quarenta e seis; no Nordeste, cento e trinta e cinco; e no Norte, duzentos e trinta e quatro. A abertura e alteração, estamos com duzentos e trinta e um. E aqui tem todos os números que eu queria passar depois para a senhora para podermos construir isso juntos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	32

Também não vou negar que no Sul, e não sei por que, é bem mais em conta e vou também entender isso com meus pares, que são os presidentes das juntas nacionais. Nossa preocupação é não ter que trazer para cá uma junta que não seja superavitária para que pelo menos se honrem os compromissos e se possa ter o recurso suficiente para fazer investimento, que é o que mais vamos precisar, porque, com a necessidade e com nosso compromisso de estar criando novos produtos... A senhora até colaborou, e muito, da forma como colocou o seu entendimento em relação ao que a senhora espera de uma política de desenvolvimento dentro do Distrito Federal. A gente queria continuar com esse diálogo, sim, que é de suma importância.

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer, sim, Deputado. Se V.Exa. pudesse nos dar esse voto de confiança nesses noventa dias. Deputado, o senhor disse que às vezes é apertado, mas a gente está muito confiante, pela equipe que a gente tem e pelas pessoas que estão ocupando os cargos na Junta Comercial, que a gente vai trazer isso com muita sabedoria, com muito entendimento.

Desde já, agradeço o abraço e a forma como a senhora nos recebeu.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Imagine. Presidente, então, só para recapitular, o senhor não indicou essas pessoas que estão na Junta?

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDINE – Não. As indicações vieram do governo.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – E nós temos aqui uma determinação da lei de que, em 2021, nós temos que fazer um concurso público para a Junta. Para poder fazer o concurso público, é necessária a criação da carreira, como o Deputado Fábio Felix falou. Então, eu gostaria de saber como está a tratativa do senhor com o governo para elaborar essa lei de criação do cargo e encaminhar aqui para a Câmara. Quando a Câmara vai receber essa lei?

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDINE – Deputada, obrigado pela pergunta.

Em relação a isso que a senhora está falando, a gente ainda não chegou, a gente ainda está vendo perfil, essa coisa toda. Mas com certeza nós vamos ter oportunidade de estar com o Governador. Ele nos deu a liberdade de tocar a Junta. Acredito que ele vai manter essa autonomia que a gente está tendo e tudo aquilo que for melhor para o Distrito Federal. Ele mesmo pediu que fosse tudo transparente, ele tem sido parceiro de primeira hora. Quando a gente assumiu, a gente precisou porque estava mudando do Governo Federal para o Governo do Distrito Federal, da Fazenda, ele mobilizou todos os Secretários dele, mobilizou a Casa Civil, mobilizou todos, e a gente foi muito abraçado. Quando você olhava dentro da Junta, você tinha servidor do Distrito Federal, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, todos, todos! E não tinha hora, era de manhã, era na hora do almoço, à tarde, à noite, e assim tem sido feito. E o Governador o tempo todo deixou bem claro a prioridade que está dando na questão da Junta, para que ela possa fazer o papel dela que ele espera. Não é só a questão da desburocratização, mas também de criação desses produtos. Ele falou que vai cobrar esses resultados.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	33

Então, nós vamos também – pode ter certeza – conversar com o Governador e, tão logo tenhamos todo esse planejamento, vamos trazê-lo para cá e vamos mantê-los a par disso.

Em relação às decisões da Junta, a maioria das coisas passa pelo vocalato. Essa casa já tem vogais lá, acho que os senhores vão se sentir mais confortáveis também, principalmente, porque os senhores mandaram dois nomes de uma grandeza impressionante – vimos o currículo. Eu fico à vontade, porque todos estão enviando nomes melhores do que o meu. E quando trabalhamos com pessoas melhores do que nós, não tem como dar errado, só temos como ser ajudados e dar certo.

Agradeço, Deputada. Pode ter certeza de que vamos tratar com muita transparência todas essas informações, tudo isso. Pode ter certeza.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Eu que agradeço a sua presença, as respostas. Como eu coloquei desde o princípio, o nosso papel sempre é de colaboração, porque a gente tem muito problema para resolver.

Para poder finalizar, vamos falar sobre os vogais. Nós tínhamos vogais, que participaram desse processo de transferência, a maior parte deles ainda teria um período de mandato a cumprir, porque quem regula isso é uma lei federal, mas eles foram destituídos e nomeados pelo Governador.

Temos aqui um impedimento: um servidor do Distrito Federal que tem cargo de dedicação exclusiva não pode ser indicado para ser vogal. Nós temos uma pessoa nessa situação na Junta. Ela foi indicada, recebe um CNE – Cargo de Natureza Especial 6; é, portanto, servidora de cargo em comissão e não poderia ser vogal. Neste caso, existe alguma tratativa para resolver essa incompatibilidade?

SR. MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO – Deputada, não sei se a senhora se refere à pessoa em que estou pensando. Uma pessoa está lá, como CNE 6, foi a que o Presidente mencionou. Os salários do GDF, às vezes, não são tão altos para a qualificação que eles exigem para os cargos, alguns cargos até nas funções de nível médio já seriam suficientes. Ela recebeu uma oferta para ganhar três vezes mais na iniciativa privada e saiu. Eu não sei se já foi publicada a exoneração dela a pedido.

Então, nós aproveitamos que ela já tinha pedido exoneração, e ela foi nomeada como vogal depois da exoneração dela a pedido. A publicação não saiu, mas é com a data do pedido dela, que é anterior à nomeação como vogal. Se for quem eu estou pensando, acho que a senhora deve estar se referindo à Sra. Juliana. Se for ela, essa situação não está configurada, porque ela pediu exoneração. Se for outra pessoa, eu não sei quem é, eu gostaria de saber para averiguar. Obrigado.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Obrigada. É a Sra. Juliana, sim, mas nós não identificamos esse ato, essa publicação. Na nossa pesquisa, não achamos.

SR. MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO – Nós não temos SEI – Sistema Eletrônico de Informações ainda. Em questão de dias entraremos no SEI, mas há outros órgãos ajudando, alguns servidores da Secretaria de Fazenda, e tenho quase

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	34

certeza de que esse processo dela já deve estar no SEI. Não tenho o número dele aqui, mas o pedido dela já está no SEI e é anterior à nomeação como vogal. Está bom?

Obrigado.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Era esse mesmo o caso.

Então, agradeço, Sr. Presidente. Eu tinha outras perguntas também, mas os meus colegas já as fizeram. Desejo uma excelente gestão para o senhor e, mais uma vez, coloco o nosso gabinete à disposição para colocar Brasília como uma referência no processo de abertura, de fechamento e manutenção dos negócios. A Junta tem um papel fundamental nisso.

Agradeço a sua presença, agradeço as respostas, a disponibilidade. E sucesso!

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDNE – Obrigado, Deputada Júlia Lucy. Presidente, se me permite, e aí se os senhores acharem que já estou sabatinado, se não houver nenhum outro Deputado a fazer pergunta ou mesmo os senhores, eu só queria reforçar sobre a importância da minha presidenta nacional. Ela tem muito conhecimento e pode dar alguma palavra com os senhores.

Se V.Exa. me permite, eu gostaria que o Sr. Presidente Gilberto fizesse uso da palavra, por cinco minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Eu sei que é importante, mas só se for depois da votação. Porque, agora, chegou a vez da apresentação do Sr. João Vicente Feijão Neto, que falará sobre o seu currículo por vinte minutos. Depois das perguntas, iremos à votação. Aí sim, o Presidente da Junta Comercial fará as suas considerações.

SR. JOÃO VICENTE FEIJÃO NETO – Saúdo o Sr. Presidente, os Senhores Deputados aqui presentes – Deputado Reginaldo Sardinha, que já saiu; Deputado Martins Machado, Deputado Roosevelt Vilela, Deputada Júlia Lucy, Deputado Daniel Donizet e os demais Parlamentares aqui presentes.

Quero saudar também o Presidente da Fibra e o Presidente da Fecomércio, representado pelo Vice-Presidente Christian Tadeu, os vogais que aqui estavam presentes e todos os companheiros da Junta Comercial.

O papel do Vice foi muito bem representado por Marco Maciel – ele tem que ajudar e não atrapalhar e também não ficar muito visível. Embora ele fosse muito magro, quase transparente, passou muito bem pelos Presidentes dos quais ele foi Vice. Eu pretendo ser um vice que não vai atrapalhar. Vou procurar ajudar.

Vou mostrar mais ou menos o meu currículo. Sou pau de arara do Nordeste. Cearense e conterrâneo do ex-Presidente desta comissão, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas ele é de Crateús e eu sou de Sobral, esse jeito americano dos *united states of Sobral*. Formei-me em Agronomia pela Faculdade de Fortaleza, Ceará. Fiz mestrado em Economia em Viçosa. Fui professor fundador da Escola de Agronomia de Mossoró, visitante, e depois assumi a Presidência da ANCAR – Associação Nordestina de Crédito

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	35

e Assistência Rural, como extensionista que eu era. Nesse período, o Governador Cortez Pereira me convidou para ser diretor do Banco de Desenvolvimento. Eu fui diretor de crédito rural do Banco de Desenvolvimento do Banco do Rio Grande do Norte durante um ano. Depois vi que não era minha função ser banqueiro, era ser extensionista, e continuei na Ancar durante dez anos. Quando eu fui convidado pelo Ministro Alysson Paulinelli para implantar aqui em Brasília a EMBRATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural.

Nesse período, o Presidente da República me convidou, através do então Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto Pinto, para assumir a Presidência do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, que, à época, era vinculado ao Ministério do Trabalho. Durante cinco anos, eu fui diretor do Senar no Brasil. Foi uma experiência muito grande. Passei a conhecer melhor o meu País. Isso é muito importante para quem quer exercer algo e quer fazer alguma coisa.

Depois fui convidado, passei quatro anos na Câmara dos Deputados, na Vice-Presidência, e quatro anos no Senado Federal. Eu fui convidado nessa época, pelo Ministro Aluizio Alves, para a Superintendência da Zona Franca de Manaus. Fiquei dois anos como Diretor Superintendente de Planejamento da Zona Franca de Manaus, e da Zona Franca de Manaus passei para a Superintendência da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Depois vim para Brasília.

Eu estava em um órgão internacional chamado IICA – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, quando o meu amigo Adelmir Santana foi eleito Presidente da Federação do Comércio em 2001 e me convidou para ajudá-lo. Desde 2001 até o mês passado, fui Superintendente da Fecomércio, por dezoito anos. Aprendi a conviver com empresários e assisti às suas angústias.

O empresário brasileiro tem dois lugares muito sutis na sua vida: o bolso e o tempo. Ele não pode perder tempo porque, se perder tempo, ele perde comércio, ele perde negócio e pode gerar desemprego. Quanto ao bolso, quando ele tira, o capital de giro diminui. Isso fez com que nós tralhássemos na Federação do Comércio sempre para melhorar a vida do empresário.

Esse foi o propósito pelo qual eu deixei de ser Superintendente da Federação do Comércio para ser Vice-Presidente da Junta, porque lá eu vou ter oportunidade de dar celeridade, junto com a equipe que está aqui presidida pelo Walid e capitaneada pelo Maximilian, com o auxílio de todos os funcionários. Nós poderemos dar algo que todo mundo reclama. O empresário não precisa esperar um mês para constituir uma empresa, ficar numa fila no sol quente para poder discutir um problema pessoal. Ele tem que ter respostas imediatas para aquilo de que ele necessita, porque é ele que gera emprego e gera impostos. É ele que produz o desenvolvimento, é o empresário. Temos que diminuir a burocracia.

Uma coisa me emocionou depois que eu fui para lá. Estou lá há um mês, talvez nem um mês. Fui participar de uma reunião na OAB e vi duas senhoras que se formaram e constituíram uma empresa em duas horas porque elas entraram na Rede

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	36

Sim e conseguiram desburocratizar. Existem três linhas de registros empresariais no Brasil: a OAB, para categoria de advogado e Justiça; os cartórios, para partidos políticos e organizações internacionais; e a Junta Comercial, para empresários do comércio, civis, agricultura, indústrias, para que possam gerar empregos.

Então, o meu propósito é ajudar a presidência e a Junta Comercial a chegarem mais rápido, sem burocracia, aos anseios de quem produz e gera emprego.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Neste momento, passo a palavra aos nobres Deputados componentes da Comissão de Constituição e Justiça, informando que podem fazer indagações pelo prazo regimental de até três minutos. Pergunto se algum membro desta Comissão de Constituição e Justiça quer fazer uso da palavra. Pergunto se o Deputado Leandro Grass ou a Deputada Júlia Lucy querem fazer alguma indagação.

Quero agradecer, neste momento, a presença de todos vocês e dizer que esta audiência pública está acontecendo neste momento, em razão do recesso da Câmara Legislativa do Distrito Federal e da urgência que o Governador tinha para fazer as nomeações. Por isso já foram nomeados o Presidente da Junta Comercial, respectivamente com o seu Vice-Presidente, para que os trabalhos e a população brasiliense não fossem prejudicados.

Declaro encerrada esta audiência pública.

(Levanta-se a audiência pública às 12h24min.)

(Suspensa às 10h34min, a reunião é reaberta às 12h24min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Está reaberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça.

Passamos à análise do item nº 1 da pauta. Como Presidente desta comissão, avoco a relatoria e passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Martins Machado, Vice-Presidente da comissão, para conduzi-la.

(Assume a Presidência o Deputado Martins Machado.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Item nº 1:

Apreciação do PROC nº 9/2019, de autoria do Poder Executivo, que informa que a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS/DF passou a vincular-se à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e solicita que se considere a urgência das nomeações dos Senhores Walid de Melo Pires Sargedine e João Vicente Feijão Neto para exercerem os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal e ainda que se estabeleça data para que sejam sabatinados.

Sendo assim, solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, incumbe a esta Comissão

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	37

de Constituição e Justiça exercer o juízo de proposição quanto à admissibilidade, constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, nos termos do Regimento Interno desta Casa. O Processo nº 9, de 2019, tramita nesta comissão com fulcro nos artigos 63 e 227 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Conforme prevê o art. 12 da Lei nº 6.315, de 27 de junho de 2019, compete ao Governador do Distrito Federal nomear o Presidente e o Vice-Presidente da Junta Comercial, para que passem a fazer parte do vocalato, com mandato de dois anos, admitida uma única recondução. Por seu turno, o parágrafo único na norma supramencionada determina que o Presidente e o Vice-Presidente da Junta devem ser sabatinados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Os currículos anexos à mensagem relatam a formação acadêmica e as experiências profissionais dos Srs. Walid de Melo Pires Sargedine e João Vicente Feijão Neto para exercerem os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal.

O art. 227 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal disciplina o procedimento para a indicação de autoridades e determina que a comissão deverá realizar audiência pública para que os interessados se manifestem sobre a indicação e a pessoa do indicado. As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seus currículos que se encontram à disposição dos eminentes integrantes desta comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica dos indicados.

Fica assim esta Comissão de Constituição e Justiça em condições de deliberar sobre as indicações do Sr. Walid de Melo Pires Sargedine e do Sr. João Vicente Feijão Neto para exercerem os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal.

Posto isso, e ainda considerando que, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, foi realizada audiência pública e, logo em seguida, a arguição dos indicados, em que à vista das questões levantadas e das respostas apresentadas pelos mesmos restaram demonstradas a capacidade e a idoneidade dos indicados, sendo assim, somos pela aprovação da indicação dos Srs. Walid de Melo Pires Sargedine e João Vicente Feijão Neto para exercerem os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da Junta Comercial, Industrial e de Serviços do Distrito Federal, respectivamente, na forma contida no Processo nº 9, de 2019, de autoria do Poder Executivo local.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2019	10h17min	CCJ	38

RELATOR (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Sim.

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Sim.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sim.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, primeiro me permita parabenizar os Deputados pelas indagações feitas, foi muito produtivo. Parabenizo os dois indicados. Que exerçam um bom trabalho. E parabenizo o Governador, que indicou pessoas técnicas. Isso é muito importante. Parabenizo o Deputado Reginaldo Sardinha pela condução brilhante dos trabalhos na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Como não poderia deixar de ser, vou acompanhar o Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Esta Presidência vota "sim".

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação das indicações constantes do Proc. 9, de 2019.

O parecer obteve 5 votos favoráveis.

Está aprovado.

(Assume a Presidência o Deputado Reginaldo Sardinha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Agradeço às autoridades presentes, aos dois indicados por se colocarem à disposição de Brasília e da nossa sociedade com essa mentalidade de fazer com que a Junta avance não só tecnicamente, mas também utilizando os meios de informática, que são bem eficazes.

Quero dizer que foi um prazer estar com os colegas da CCJ em peso e com os colegas que abrilhantaram os trabalhos desta reunião.

Agradeço a presença dos novos membros da Comissão, servidores da Casa, imprensa e cidadãos que nos acompanham ao vivo, pela *TV Web* e pelas redes sociais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h36min.)